



CONTRATO Nº ..../20...

PAD nº 4126/2017

## ANEXO VI

### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
que entre si fazem o **TRIBUNAL**  
**REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ** e a  
empresa .....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo Pregão Eletrônico nº. ..../....., PAD nº 4126/2017, Termo de Abertura de Licitação nº 40/2020, e a proposta vencedora, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ** sob nº ....., com sede na ....., nº ....., bairro ....., Cidade/UF ...../....., CEP ....., telefone: (...) ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., portador do CPF nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1** – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **jardinagem**, com fornecimento de insumos e equipamentos e materiais necessários, para os imóveis deste Tribunal, situados em **Curitiba-PR**.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do Edital de Licitação, no Termo de Referência, Anexo I, e demais anexos que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

### **2.1 – Dos locais da prestação de serviços:**

- a) Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin, 224, Curitiba-PR;
- b) Centro Logístico de Material Permanente, situado em imóvel anexo ao Edifício Sede;
- c) Estacionamento anexo à Sede do TRE;
- d) Fórum Eleitoral de Curitiba, situado na Rua João Parolin, 55, Curitiba-PR;
- e) Estacionamento anexo ao Fórum Eleitoral de Curitiba;
- f) Imóvel anexo ao Fórum Eleitoral de Curitiba (antiga Brinks), situado na Rua João Parolin, 97.

**2.2 – As especificações, periodicidades e características do objeto constam no item 2 do Termo de Referência – Anexo I, que será parte integrante deste contrato.**

### **2.3 – Do recebimento do objeto:**

#### **2.3.1 – Do recebimento provisório:**

**2.3.1.1 -** O recebimento provisório será realizado mediante Termo de Recebimento Provisório, emitido por servidor lotado na Seção de Administração Predial, por meio do preenchimento da medição dos serviços, onde serão avaliados os critérios de qualidade, segurança e prazos na execução dos serviços da presente contratação, conforme procedimentos contido no ANEXO IV – Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual será preenchido de acordo com o cumprimento das cláusulas contratuais e com auxílio do plano de fiscalização (Checklist).

**2.3.1.2 -** O relatório resultado do IMR será apresentado em até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão dos serviços, para a emissão da Nota Fiscal de Serviços.

**2.3.1.3 -** Recebido provisoriamente o objeto, mas constatado qualquer defeito/imperfeição dos serviços, a Contratada deverá providenciar a correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do comunicado do TRE/PR, sem quaisquer ônus adicionais ao Contratante.

#### **2.3.2 – Do recebimento definitivo:**

**2.3.2.1 -** Será efetuado pela Gestora do Contrato e/ou seus substitutos.

**2.3.2.2 -** O gestor analisará os relatórios e a documentação da fiscalização e, caso haja irregularidade que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a contratada, por escrito, as respectivas correções.

**2.3.2.3 -** O gestor emitirá Termo de Recebimento Definitivo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

## **CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**3.1 – As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no item 3 do Termo de Referência – ANEXO I, que será parte integrante deste contrato.**

**3.2** – A CONTRATADA deverá manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

**4.1** – A contratação vigorará pelo período de **30 (trinta) meses a partir da data de assinatura**, podendo ser rescindido antecipadamente ou prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a critério do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho: .....

Nota de empenho: 20.....NE....., emitida em .../.../.....

Elemento de despesa: .....

Categoria Econômica: Custeio.

Código Siasg: 2431-7.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1** – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

**6.2** - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

**6.2.1** - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

**6.3** - Será realizada reunião inicial com o responsável da empresa para tratar de assuntos referentes ao Plano de Gestão do Contrato e apresentação do cronograma de execução dos serviços.

**6.4** - Quaisquer exigências da fiscalização, dentro do objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO**

**7.1** – Pelos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ .....** (.....), conforme a seguir especificado:

Serviço	Quantidade	Unidade de Medida		Valor Unitário (R\$)	Valor Total por serviço (R\$)
Fornecimento e Plantio de Grama	1	3.734,72	m²		
Manutenção Geral de Jardins, Áreas Verdes, Estacionamentos, Calçadas, Meio Fio e Áreas Asfaltadas (aplicação de herbicidas/fungicidas)	10	14.003,71	m²		
Corte de Grama	15	5.241,09	m²		
Poda de cerca viva	10	775	m²		
Poda de Palmeiras	2	180	un.		
Poda/Erradicação de árvores	1	25	un.		
Manutenção das áreas de estacionamento - PAVER	10	5.489	m²		
Eliminação de mato que ocorre em vãos da área asfaltada	6	2.018	m²		
Eliminação de ervas daninhas na calçada e meio fio	5	1.255,62	m²		
<b>Valor total da contratação</b>					

**7.1.1 - DOS CUSTOS ACESSÓRIOS ESTIMATIVOS: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** conforme item 2.2.11.2 do do Termo de Referência – Anexo I.

## **7.2 – Do Índice de Medição de Resultado – IMR**

**7.2.1** – Será adotado, durante a vigência do contrato, o “Índice de Medição de Resultado – IMR” estabelecido na IN no. 05/2017-SLTI-MPOG, contemplando os indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela CONTRATANTE, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento, ANEXO IV.

**7.2.2** – Os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Índice de Medição de Resultado – IMR.

**7.2.3** - Como instrumento auxiliar para cálculos dos valores a serem glosados será utilizada a Planilha – IMR, conforme modelo Anexo IV A, conforme os percentuais a seguir discriminados:

GRAU	% DE GLOSA
1	0,50%
2	1,00%
3	1,50%
4	2,00%
5	2,50%
6	3,00%

## **7.3 – Do Documento Fiscal**

**7.3.1** – O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, e deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato do TRE/PR no prazo de 05 (cinco) dias corridos do recebimento definitivo da prestação de serviços pelo TRE/PR (Gestor da Contratação), mediante o e-mail sapre@tre-pr.jus.br (em formato “.pdf”) ou em forma física à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, n.º 224, 1º andar, Prado Velho, Curitiba/PR, igualmente direcionado ao Gestor.

**7.3.1.1** – Conterá o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

**7.3.1.2** – Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

**7.3.1.3** - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, para fins de contratação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**7.3.1.4** - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores mensais,
- Número do contrato;
- Banco; Agência; Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

**7.4** – Das condições do pagamento:

**7.4.1** - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**7.4.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**7.4.2.1** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA: até o 5º (quinto) dia após a conclusão dos serviços.

**7.4.2.2** – Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**7.4.2.2.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.4.2.3** – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.4.2.3.1** - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será **de 05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

**7.4.3** – Será considerada como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.4.4** – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.3.1.4.

**7.4.4.1** – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.4.5** – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

**7.4.6 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA:** Na eventual ocorrência de atraso de pagamento, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

## **7.5 – Da regularidade fiscal:**

**7.5.1** – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.5.1.1** – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.5.1.1.1** – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

**7.5.2** – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.5.2.1** – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

### **8.1 – Da substituição tributária:**

**8.1.1** - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

### **8.2 – Dos tributos federais:**

**8.2.1** - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**8.2.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**8.2.3** - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

### **8.3 - Da retenção previdenciária:**

**8.3.1** - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

### **8.4 - Da retenção do ISS:**

**8.4.1** - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

**8.4.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**8.5** - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

## **CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

**9.1** – Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, considerando esta a data da abertura da licitação, segundo a variação do IPCA (Índice de preços do Consumidor Amplo) de cada período específico, editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

**9.2** - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses da data da proposta (data da abertura da Licitação), após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

**9.3** – A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio de documentação que evidenciem a majoração dos custos, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes e após ampla pesquisa de mercado.

**9.4** – A revisão deferida pelo CONTRATANTE será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93:

a) **ADVERTÊNCIA:** Para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) **MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1) Multa de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na execução dos serviços e aos demais prazos estipulados, incidente sobre o valor total do contrato, limitada a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 30 (trinta) dias. A partir do 31º dia de atraso será considerada inadimplência total.

b.2) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela prestação dos serviços em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas.

b.3) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de cessação da prestação dos serviços.

b.4) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inadimplemento total.

c) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**10.2** - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

---

<sup>1</sup> Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.



**10.3** - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**11.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**11.2** - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO CASOS OMISSOS**

**12.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**13.2** - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que surta os efeitos legais desejados.

Curitiba, ..... de .....de 20.....

.....  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral – TRE/PR  
P/ CONTRATANTE

Inserir os Anexos I, IV e IV-A do Edital – Termo de Referência, IMR e Planilha do IMR